

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	8
5.4 - Programa de Integridade	11
5.5 - Alterações significativas	14
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	15

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	16
10.2 - Resultado operacional e financeiro	30
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	32
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	33
10.5 - Políticas contábeis críticas	35
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	37
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	38
10.8 - Plano de Negócios	39
10.9 - Outros fatores com influência relevante	41

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não adotou política formalizada de gerenciamento de riscos, por entender que as medidas e controles que atualmente adota são adequados e suficientes para gerenciar os riscos aos quais está exposta, descritos na seção 4.1. acima.

(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

Apesar de não possuir uma política formalizada de gerenciamento de riscos, a Companhia adota diversas medidas de controles adequadas à prevenção, identificação, mitigação e tratamento dos riscos aos quais está exposta.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Os riscos para os quais a Companhia busca proteção são aqueles citados no item 4.1:

- Riscos relacionados ao emissor;
- Riscos relacionados ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle;
- Riscos relacionados às suas controladas e coligadas;
- Riscos relacionados aos seus fornecedores;
- Riscos relacionados aos seus clientes;
- Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue;
- Riscos relacionados às questões socioambientais.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

Os riscos aos quais a Companhia está exposta são mapeados e identificados por meio de processos de auditoria conduzidos pela área de Auditoria Interna da Companhia.

Além disso, a Companhia adota as seguintes práticas e instrumentos para prevenir, identificar, mitigar e tratar os riscos aos quais está exposta:

- **Riscos relacionados (i) ao emissor e (ii) ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle;**

Para mitigar o risco de não conseguir responder de forma rápida às mudanças nas tendências da moda e preferências do consumidor, a Companhia adotou como modelo de negócio o *Fast Fashion*, ou seja, uma cadeia totalmente integrada que permite a rápida reposição de mercadorias de acordo com a demanda da loja.

Além disso, os departamentos de Produto e de Estilo da Companhia são responsáveis por trazerem aos consumidores da Companhia, as referências e tendências da moda mundial.

A Companhia ainda possui uma estrutura dividida em diversas frentes focada na mitigação do risco de uma redução no ritmo do crescimento das suas operações: (i) a área de *Business Intelligence* estuda o potencial de crescimento das áreas onde a Companhia pretende abrir novas lojas; (ii) o departamento de Expansão é responsável por sempre buscar novas oportunidades para aberturas de lojas, bem como pelo relacionamento com os empreendedores; e (iii) o departamento de Marketing promove parcerias

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

com estilistas, “blogueiras” e formadores de opinião para atrair diferentes públicos, além de ações promocionais para fidelizar clientes.

Além dessas ações, a Companhia ainda oferece o cartão embandeirado como forma de fidelizar seus clientes.

Para mitigar o risco de indisponibilidade de sistemas críticos à operação, o departamento de Tecnologia da Informação possui uma estrutura com dedicação integral à manutenção e funcionalidade desses sistemas.

- **Riscos relacionados à suas controladas e coligadas**

De forma de mitigar os riscos decorrentes da atuação da Midway Financeira, sua controlada indireta, em 28 de fevereiro de 2018 foi apresentada uma proposta de política de gestão de riscos à diretoria da Midway Financeira. Em relação à estrutura de gestão de riscos da Midway Financeira, foram instituídas as áreas de Auditoria Interna, Controles Internos, *Compliance* e Riscos, e comitês de *Compliance* e Controles Internos, de Ouvidoria e de Risco de Crédito.

Além disso, a Administração do Grupo Guararapes está atualmente avaliando e revisando a estruturação interna de gestão integrada de riscos da Midway Financeira com o objetivo de adequá-la aos requisitos impostos pelas Resoluções nº 4.553/2017 e 4.557/2017 do Banco Central.

- **Riscos relacionados aos seus fornecedores**

A Companhia possui um departamento de Relacionamento com Fornecedores que é responsável por conduzir auditorias nos fornecedores por ela contratados, com foco especial na identificação de irregularidades relacionadas a: (i) saúde e segurança do trabalho; (ii) infraestrutura do imóvel; (iii) organização das áreas de produção; (iv) questões ambientais; (v) responsabilidade social; (vi) regularidade fiscal; e (vii) regularidade trabalhista. A Companhia ainda exige que todos os seus fornecedores possuam a certificação e qualificação emitida pela Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX), de forma a combater práticas de trabalho análogo ao escravo e/ou trabalho infantil.

Além disso, os Fornecedores contratados pela Companhia são instados a seguir as diretrizes e padrões de conduta descritos no Manual de Ética e Conduta da Companhia.

- **Riscos relacionados aos seus clientes**

A Companhia possui um processo de prevenção e mitigação do risco de inadimplência por seus clientes composto por três instrumentos: (i) um modelo de *credit scoring*, focado na análise de concessão de crédito; (ii) uma ferramenta estatística de *behaviour scoring*, que avalia periodicamente o aumento ou redução no risco de inadimplemento; e (iii) uma ferramenta específica destinada à prevenção e detecção de fraudes.

- **Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue**

Para mitigar o risco de crescimento da sua concorrência, a Companhia diferenciou-se no seu mercado de atuação por meio de ações inovadoras, como a adoção do modelo de negócios de *Fast Fashion*, além da celebração de parcerias com grifes de luxo e estilistas renomados, de forma a aumentar a atração de consumidores para as suas lojas.

Para mitigar os riscos de ciclos econômicos desfavoráveis, a Companhia optou por oferecer a seus clientes diversas formas de pagamento diferentes, de forma a reduzir os efeitos de uma eventual redução no poder de compra dos seus consumidores.

- **Riscos relacionados às questões socioambientais**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia conduz as suas atividades em total concordância com os requisitos legais aplicáveis às suas atividades, de modo a obter, de forma regular, de todas as licenças necessárias às suas operações que são exigidas pelos órgãos responsáveis.

Nas fábricas da Companhia localizadas em Natal (RN), a água utilizada nos processos de tingimentos das peças é tratada antes do seu retorno ao meio ambiente, eliminando todos os componentes químicos prejudiciais. Já a fábrica de Fortaleza (CE) possui uma estação de tratamento de água, que prepara a água para sua reutilização em novos processos de tingimento de peças.

Em todas as lojas da Companhia são utilizadas sacolas oxibiodegradáveis, que se decompõem no meio ambiente em tempo muito menor quando comparados ao tempo de decomposição de uma sacola comum.

Com relação a questões sociais e trabalhistas, área de Relacionamento com Fornecedores da Companhia é responsável por auditar todos os fornecedores da Companhia e exigir que tenham a Certificação e Qualificação da ABVTEX. Dessa forma, é possível garantir que não serão estabelecidas relações comerciais com fornecedores que se utilizem de trabalho infantil ou análogo ao escravo.

(iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A responsabilidade pelas práticas e processos adotados pela Companhia para a prevenção, identificação, mitigação e tratamento dos riscos aos quais ela está exposta é dividida entre diversos departamentos da Companhia.

A área de Auditoria Interna é responsável pela condução dos processos de auditoria e de reavaliação periódica dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Os relatórios derivados da conclusão dos processos de auditoria são encaminhados para os gestores responsáveis, bem como para a Diretoria da Companhia.

Além disso, a área de Business Intelligence e os departamentos de Produto, de Estilo, de Marketing, de Expansão, de Tecnologia da Informação e de Relacionamento com Fornecedores atuam permanentemente neste monitoramento, conforme descrito no item 5.1.(b).ii.

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Os administradores da Companhia entendem que os controles internos utilizados pela Companhia apresentam alto grau de eficiência, qualidade, precisão e confiabilidade e são adequados às suas atividades e ao volume dos seus negócios. Por essa razão, a administração da Companhia acredita estar preparada para prevenir, detectar e mitigar riscos que possam prejudicar de maneira adversa as operações a Companhia.

Com base nos resultados dos processos de auditoria interna conduzidos pela área de Auditoria Interna, a Companhia reavalia os riscos aos quais ela está exposta e implementa as adaptações cabíveis nas práticas de gerenciamento de riscos e controles internos, conforme necessário.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Companhia não possui política formal estruturada para o gerenciamento de riscos de mercado, uma vez que entende que adota todas as medidas de controles necessárias para mitigar os possíveis riscos de mercado inerentes ao seu negócio, conforme descrito abaixo.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i) Riscos para os quais se busca proteção

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco do fluxo de caixa ou valor justo associado ao fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

ii) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

O risco cambial da Companhia provém, basicamente, da importação de produtos para revenda.

Para as operações em moeda estrangeira relacionadas com o seu ciclo operacional, a Companhia não adota nenhum mecanismo de proteção a possíveis variações cambiais. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas não possuíam empréstimos em moeda estrangeira.

iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Os instrumentos derivativos contratados pela controlada Lojas Riachuelo – *i.e. swaps* – no ano de 2017, tinham o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e não são utilizados para fins especulativos. A controlada Lojas Riachuelo encerra o ano de 2017 sem dívida em moeda estrangeira.

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia é o Marked-to-Market (MtM), que consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil. As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos trimestralmente no resultado, considerando-se o valor justo desses instrumentos. A provisão para os ganhos não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos financeiros derivativos", no balanço patrimonial, e a contrapartida no resultado é na rubrica "Resultado financeiro". A Companhia não aplica a contabilidade de *hedge*.

iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo, conforme detalhado abaixo.

A análise de sensibilidade requerida Instrução CVM nº 47 5/08 foi determinada com base na exposição a variações de cotação no dólar norte-americano convertidos a cotações projetadas para o exercício 2018, com base nos relatórios de inflação divulgados pelo Banco Central do Brasil – Focus – Relatório de mercado em 09 de fevereiro de 2018. Em relação aos cenários foram utilizadas as mesmas premissas da gestão de risco da taxa de juros acima mencionada.

A Administração da Companhia não considera a possibilidade de variações significativas nas taxas de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

câmbio.

Taxa	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
	Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
US\$	1,64	2,46	3,28	4,10	4,92

CONSOLIDADO

Operação	Moeda	Cenário contábil	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
			Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
<u>Passivos:</u>							
Fornecedores - Estrangeiros	3,29	48.399	(24.273)	(12.210)	(147)	11.916	23.979
<u>Resultado:</u>							
Variação cambial ativa			(24.273)	(12.210)	(147)	-	-
Variação cambial passiva			-	-	-	11.916	23.979
Impacto no Resultado			(24.273)	(12.210)	(147)	11.916	23.979

Risco Cambial

O risco cambial da Companhia provém, basicamente, da importação de produtos para revenda. Para as operações em moeda estrangeira relacionadas com o seu ciclo operacional, a Companhia não adota nenhum mecanismo de proteção a possíveis variações cambiais considerando: (i) curto prazo de pagamento que, em média, é de 60 dias; e (ii) baixo volume de importação, onde uma maxi valorização do dólar norteamericano significaria uma redução das margens desses produtos.

A Companhia e suas controladas encerram o exercício social de 31 de dezembro de 2017 sem empréstimos em moeda estrangeira.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas podem incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentam as despesas financeiras relativas aos passivos financeiros praticados, captados junto ao mercado.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida conforme Instrução CVM nº 475/08, considerando a exposição à variação das taxas de juros, contratados pela Companhia e pelas aplicações financeiras. Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado.
- Definição do cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Operação	Risco	Taxa Projetada	Cenário contábil	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
				Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
Ativos:								
Títulos e valores mobiliários	CDI	6,64%	155.927	1.263	1.895	2.526	3.158	3.789
Títulos e valores mobiliários	SELIC	6,65%	372.037	3.018	4.527	6.037	7.546	9.055
Total			527.964	4.281	6.422	8.563	10.704	12.844
Passivos:								
Empréstimos - TJLP	TJLP	6,75%	362.024	2.980	4.470	5.960	7.450	8.941
Empréstimos - CDI	CDI	6,64%	91.304	740	1.109	1.479	1.849	2.219
Financiamento de ativo fixo (*)	-	4,50%	-	-	-	-	-	-
Financiamento de ativo fixo (*)	-	5,00%	213	1	2	3	3	4
Financiamento de ativo fixo (*)	-	5,50%	5.660	38	57	76	95	114
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,00%	30.727	114	171	228	285	342
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,50%	15.345	66	99	133	166	199
Financiamento de ativo fixo (*)	-	4,00%	1.342	7	10	13	17	20
Outros empréstimos e financiamentos	-	2,90%	198	1	1	1	2	2
Debêntures	CDI	7,87%	659.477	6.303	9.455	12.606	15.758	18.910
Total			1.166.290	10.250	15.374	20.499	25.627	30.752
(*) Operações pré-fixadas não sujeitas a variações de índices								
Resultado:								
Receitas de aplicações financeiras				4.281	6.422	8.563	10.704	12.844
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos				(10.250)	(15.374)	(20.499)	(25.627)	(30.752)
Impacto no Resultado				(5.969)	(8.952)	(11.936)	(14.923)	(17.909)

Risco de crédito

As atividades da Companhia compreendem a comercialização de confecções em geral, os artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de seus clientes, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira adotam uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como monitoramento tempestivo dos saldos a receber.

Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essas previsões levam em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

v) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A gestão de risco de mercado é realizada pela tesouraria central do Grupo Guararapes. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as controladas do Grupo, por meio de reuniões semanais para discussão dos assuntos. A Tesouraria se reporta ao Diretor Financeiro.

c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Administração da Companhia monitora anualmente e avalia se as operações efetuadas estão de acordo com as políticas adotadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*, bem como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a legislação aplicável, como, por exemplo, a Lei 11.638/2007.

Desta forma, a Companhia acredita na eficiência dos procedimentos e controles internos por ela adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das suas demonstrações financeiras. Por essa razão, na opinião da Administração, as demonstrações contábeis da Companhia apresentam adequadamente o resultado das suas operações e da sua situação patrimonial e financeira.

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras e aperfeiçoar o processo para sua elaboração, a Companhia adota diversos controles internos, como, por exemplo, a utilização de um sistema integrado para a realização de registros das operações contábeis e financeiras da Companhia, que são classificados e escriturados de acordo com sua natureza (patrimonial ou resultado) para fins de apuração de resultado mensal.

Além disso, a Companhia ainda adota como prática o controle de orçamentos referenciais e comparativos, assim como a revisão dos saldos contábeis em nível gerencial.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Cada uma das empresas do grupo econômico da Companhia possui sua própria estrutura interna de contabilidade. Deste modo, cada departamento de Contabilidade é isoladamente responsável pela escrituração, apuração e consolidação de resultados e demonstrações financeiras e pela apuração e recolhimento dos impostos exigidos durante a sua operação segregada.

A Companhia possui um departamento de Controladoria que é responsável por supervisionar a apuração e consolidação dos resultados individuais de cada empresa do grupo e por submeter tais resultados aos administradores da Companhia e às entidades reguladoras relevantes.

Além disso, a Companhia também possui um departamento de auditoria interna que efetua, periodicamente, o monitoramento e a validação dos processos de controles internos das empresas de seu grupo.

A Companhia ainda é assessorada por auditores independentes que são responsáveis pelo monitoramento e avaliação periódica das suas contas contábeis, processos de controle e sistemas de tecnologia, bem como pela avaliação da adequação dos critérios utilizados pela Companhia durante o lançamento de registros contábeis com as práticas e normas contábeis e legais aplicáveis.

Cabe ao Conselho Fiscal da Companhia supervisionar e reportar para o Conselho de Administração as atividades dos auditores independentes da Companhia, incluindo, na extensão permitida pela legislação, o auxílio na solução de eventuais divergências entre a administração e os auditores independentes no que concerne à apresentação das demonstrações e informações financeiras. O Conselho Fiscal também é responsável pela análise do plano anual de trabalho dos auditores independentes, discutindo o resultado de suas atividades, trabalhos e revisões efetuadas, bem como a avaliação de seu desempenho e independência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Tanto a Companhia quanto as suas controladas possuem instrumentos de controles internos próprios, como, por exemplo, políticas e normas específicas sobre os registros de suas operações e estruturas aptas a assegurar a consistência de todos os lançamentos contábeis.

As atividades críticas de cada uma das empresas do grupo da Companhia são constantemente monitoradas pelos departamentos responsáveis. São exemplos de áreas críticas as operações de crediário, as atividades de prevenção e perdas, e o relacionamento com fornecedores.

As eventuais deficiências identificadas pelos controles internos da Companhia são monitoradas pela área de Auditoria Interna e pela Controladoria da Companhia. Caso a Auditoria Interna da Companhia identifique quaisquer falhas, são criados planos de ação focados na correção de tais falhas e na consequente mitigação de riscos.

As atividades da área de Auditoria Interna da Companhia são conduzidas por meio de um sistema de controle que garante a supervisão dos responsáveis por cada ação e, ao fim de cada trabalho, é exigido a validação da efetividade do plano de ação por meio de *follow-ups* por parte dos auditores responsáveis pelo tratamento de cada uma das falhas identificadas.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Com base na carta sobre comunicação de deficiências nos controles internos, não é de conhecimento da Diretoria da Companhia quaisquer deficiências significativas nos controles internos que considere como grau de risco relevante a ponto de afetar a preparação e a qualidade das Demonstrações Financeiras, em todos os seus aspectos relevantes.

Deficiência	Classificação da Deficiência	Comentário dos auditores independentes	Recomendação dos auditores independentes	Comentários da Administração
Ausência de provisão para estoques obsoletos	Deficiências de controle com prioridade alta	Identificamos que a Controladora Guararapes não realizou registro da provisão para obsolescência, pois a Administração entende que a produção é "puxada" (apenas produz quando possui pedido de compra), contudo, observamos que existem materiais no estoque os quais não são movimentados há mais de dois anos, resultando em um montante de R\$2 milhões em 31.12.2017. A ausência de provisão para itens cuja movimentação não tenha ocorrido há longa data, pode apresentar saldos de estoques não registrados a seu valor realizável líquido, uma vez que tais itens podem sofrer	Recomendamos que a Companhia efetue uma avaliação sobre seus estoques sem movimentação há longa data para que os saldos contábeis reflitam de maneira íntegra seu valor realizável e de forma a atender as práticas contábeis vigentes.	Guararapes: A Direção da Guararapes, por considerar que os estoques de matéria-primas e secundários são itens de sazonalidades, faz um acompanhamento dos itens que podem ser descartados e realizam através de transformação ou efetivamente realiza a sua venda ao mercado, buscando sempre recuperar o valor de custo. Por tanto, não provisiona perdas de estoques.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Deficiência	Classificação da Deficiência	Comentário dos auditores independentes	Recomendação dos auditores independentes	Comentários da Administração
		<p>desvalorização significativa no período.</p> <p>Exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Item: i2.S0133.270.BR9999 - 5601993000 SATIN 97CO3PUE no valor de R\$69 mil; Item: i2.T0276.120.E02411 - LTND-11201 100%PES LOTUS no valor de R\$61,4 mil; Item: i2.T0116.PCP.184733 - M200750 - 100%CO NINGBO TW no valor de R\$30 mil. 		

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os comentários dos diretores da Companhia foram descritos na coluna "Comentários da Administração" da tabela indicada na seção 5.3.(d) acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia adota práticas e procedimentos adequados destinadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, que integram o seu programa de integridade.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia adota os seguintes mecanismos e procedimentos de integridade:

- **Manual de Ética e Conduta:** Elaborado pela área de Auditoria Interna da Companhia em conjunto com os departamentos de Recursos Humanos e Jurídico da Companhia e com última revisão datada de 02 de agosto de 2017, o Manual de Ética e Conduta da Companhia, ("Manual de Ética") é aplicável a todos os colaboradores, administradores da Companhia e das demais empresas do grupo Guararapes, bem como aos fornecedores, prestadores de serviços e agentes intermediários por elas contratados. O Manual de Ética tem por objetivo determinar os padrões de conduta a serem seguidos durante o desempenho das atividades de profissionais da Companhia os princípios éticos e diretrizes de conduta aplicáveis às relações internas existentes na Companhia e às relações com o meio em que a Companhia atua. Nesse sentido, o documento endereça as principais diretrizes relativas ao relacionamento da Companhia e de seus colaboradores com fornecedores, clientes, concorrentes, órgãos governamentais, associações de classe, e prevê regras relacionadas a situações de conflito de interesses, ao oferecimento e recebimento de presentes e brindes, à proteção de informações sensíveis, aos contatos com a imprensa, à responsabilidade socioambiental da Companhia, bem como as medidas disciplinares aplicáveis nos casos de violação ao Manual de Ética e detalhes sobre o funcionamento do canal de ética.
- **Disque Ética:** O Disque Ética, *hotline* da Companhia, pode ser acessado pelos colaboradores da Companhia para reportar dúvidas, suspeitas ou violações ao seu Manual de Ética. Todos os colaboradores que relatarem violações ou contribuir para as investigações cabíveis terão a sua identidade protegida. Além disso, o Disque Ética compreende três plataformas distintas para envio de relatos: telefone, e-mail ou carta.
- **Due Diligence de Terceiros:** A Companhia realiza auditorias prévias nos seus fornecedores de acordo com o perfil de riscos de cada fornecedor. A auditoria realizada pela Companhia leva em consideração os critérios descritos na seção "*Riscos relacionados aos seus fornecedores*" do item 5.1 e só autoriza a contratação de fornecedores que sejam certificados e qualificados pela Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX).

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A aplicação e o monitoramento do cumprimento do Manual de Ética são de responsabilidade da área de Auditoria Interna da Companhia, que atua com o auxílio dos departamentos de Recursos Humanos e Jurídico.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Sim, a Companhia deve observar o Manual de Ética descrito na seção 5.i.(a) acima.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Manual de Ética se aplica a todos os colaboradores, administradores da Companhia e das demais empresas do grupo Guararapes, bem como aos fornecedores, prestadores de serviços e agentes intermediários por elas contratados.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A Companhia criou um portal na sua *intranet* chamado “Universidade da Moda” por meio do qual são realizados treinamentos a todos os seus colaboradores e gestores.

Dentre os treinamentos oferecidos pela “Universidade da Moda”, são realizados treinamentos específicos, presenciais e à distância, sobre o Manual de Ética da Companhia e sobre a prevenção à fraudes e combate à lavagem de dinheiro. A Companhia está atualmente avaliando a realização de um treinamento exclusivamente focado no combate à corrupção e fraudes.

Além disso, todos os colaboradores da Companhia são instados a declarar por escrito o seu conhecimento do conteúdo do Manual de Ética, por meio da assinatura do “Termo de Ciência e Comprometimento”.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

De acordo com o Manual de Ética, todos os colaboradores da Companhia que praticarem quaisquer atos em violação às diretrizes do Manual de Ética estarão sujeitos à aplicação das medidas disciplinares cabíveis, que poderão ensejar até mesmo o desligamento do respectivo colaborador. Em todos os casos, será assegurado o direito de ampla defesa e contraditório de todos os colaboradores envolvidos.

Cabe ao departamento Jurídico da Companhia, em conjunto com o departamento de Recursos Humanos e a área de Auditoria Interna, discutir e aprovar as sanções a serem aplicadas aos colaboradores que violarem o Manual de Ética ou qualquer das leis a ela aplicáveis, de acordo com as recomendações de medidas disciplinares propostas pelos gestores responsáveis pelas áreas envolvidas na violação.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Manual de Ética foi elaborado conjuntamente pela área de Auditoria Interna e pelos departamentos de Recursos Humanos e Jurídico da Companhia, e foi atualizado em 02 de agosto de 2017. O documento está disponível no website da Companhia (<http://ri.riachuelo.com.br>) - neste link clicar em "Governança Corporativa" e, na sequência, selecionar "Código de Ética".

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Sim, a Companhia, possui um canal de denúncias denominado Disque Ética.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A operacionalização do Disque Ética, bem como o processamento, análise e tratamento das comunicações recebidas por meio do Disque Ética são realizados internamente, sob a supervisão da área de Auditoria Interna, que atua com o auxílio dos departamentos de Recursos Humanos e Jurídico da Companhia.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Disque Ética da Companhia pode ser acessado tanto por seus colaboradores quanto por terceiros que desejem comunicar qualquer violação ou suspeita de violação ao Manual de Ética da Companhia.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

As regras previstas no Manual de Ética da Companhia garantem que a identidade de todos os colaboradores e terceiros que relatarem violações ao Manual de Ética ou prestarem auxílio às investigações de tais violações será protegida. Os interessados por realizar denúncias de suspeitas ou violações ao Disque Ética poderão fazê-lo de forma anônima.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As comunicações feitas ao Canal de Denúncias serão encaminhadas à área de Auditoria Interna e aos departamentos de Recursos Humanos e Jurídico da Companhia, que são conjuntamente responsáveis por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Apesar de não possuir um procedimento formalizado neste sentido, a Companhia busca mover seus melhores esforços para adotar práticas adequadas à identificação de vulnerabilidades e riscos oriundos das operações societárias que participa.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não é aplicável, tendo em vista que a Companhia já implantou um Manual de Ética, bem como práticas e procedimentos adequados para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada no último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações relevantes referente aos Riscos de Mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A gradual recuperação da economia ao longo do ano, a melhora dos processos envolvendo desenvolvimento de produto e coleção, o aprimoramento do fluxo logístico em toda a cadeia e a retomada dos volumes da operação financeira foram os principais destaques operacionais da Companhia. Como resultado, uma expansão consistente das vendas em mesmas lojas aliada a uma expansão forte da margem bruta de mercadorias e um intenso controle do ciclo financeiro.

A conclusão do novo centro de distribuição localizado em Guarulhos ao final do ano de 2016 trouxe para a Companhia a mais alta tecnologia existente no Mundo. Ainda mais confiante em seu modelo de negócio, a Riachuelo manteve seu processo de expansão ao inaugurar 12 lojas e reformar 20 unidades em 2017, encerrando o exercício com 302 lojas em operação.

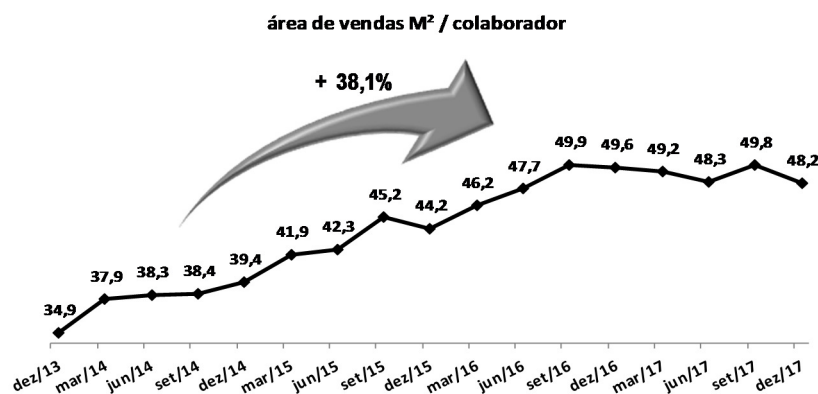
No ano de 2017, a receita líquida consolidada totalizou R\$6.444,7 milhões, 8,8% maior que os R\$5.921,6 milhões apurados em 2016. A receita líquida consolidada é composta pela receita líquida da Midway Financeira (R\$1.616,0 milhões em 2017), pela receita líquida do Midway Mall (R\$67,1 milhões em 2017) e pela receita líquida de mercadorias (R\$4.761,5 milhões em 2017).

No decorrer de 2017, o lucro bruto consolidado alcançou R\$4.106,3 milhões, um crescimento de 14,9% frente aos R\$3.574,2 milhões apurados no mesmo período do ano de 2016. A margem bruta consolidada totalizou 63,7%, com crescimento 3,4 p.p. frente aos 60,4% registrado no mesmo período do ano anterior.

No período acumulado de janeiro a dezembro de 2017, as despesas operacionais cresceram 9,8%, totalizando R\$2.572,6 milhões, ou 39,9% da receita líquida consolidada.

As despesas operacionais foram impactadas pelo *rollout* das novas operações de eletrônicos, perfumaria e E-commerce e, também, pelo aumento do provisionamento para PRV/PLR em 2017. Desconsiderando esses efeitos, houve uma evolução de 3,7% nas despesas operacionais no ano.

O gráfico a seguir ilustra a evolução da produtividade conquistada no período através do indicador "metros quadrados de área de venda por colaborador".



EBITDA ajustado totalizou R\$1.188,7 milhões, 64,3% acima do apurado no mesmo período de 2016. A margem EBITDA Ajustada sobre a receita líquida de mercadorias atingiu 25,0% (18,4% se calculado sobre a receita líquida consolidada da Companhia).

O desempenho apresentado reflete os bons resultados da implementação da estratégia e seu consequente impacto no crescimento das vendas em mesmas lojas e na consistência da expansão da margem bruta de mercadorias, do forte processo de maturação das operações de celular e de perfumaria, do eficiente controle de despesas operacionais que vem sendo realizado nos últimos anos e, também, da recuperação de créditos fiscais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O lucro líquido consolidado atingiu R\$ R\$570,3 milhões em 2017, 79,6% acima dos R\$317,6 milhões apurados em 2016. Desta forma, a margem líquida calculada sobre a receita líquida de mercadorias atingiu 12,0% (8,8% se calculado sobre a receita líquida total da Companhia), ante 7,5% (5,4% se calculado sobre a receita líquida total da Companhia) referentes ao mesmo período de 2016.

Ao final de dezembro de 2017, as disponibilidades atingiram R\$782,3 milhões. Os empréstimos e financiamentos totalizaram R\$1.553,3 milhões, dos quais R\$415,3 milhões correspondem a financiamentos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Sendo assim, a Companhia encerrou o ano de 2017 com endividamento líquido de R\$771,0 milhões.

No ano de 2016, a receita líquida consolidada totalizou R\$5.921,7 milhões, 7,5% maior que os R\$5.507,3 milhões apurados em 2015. A receita líquida consolidada é composta pela receita líquida da Midway Financeira (R\$1.601,2 milhões em 2016), pela receita líquida do Midway Mall (R\$63,9 milhões em 2016) e pela receita líquida de mercadorias (R\$4.256,6 milhões em 2016).

No decorrer de 2016, o lucro bruto consolidado alcançou R\$3.574,2 milhões, um crescimento de 7,5% frente aos R\$3.326,2 milhões apurados no mesmo período do ano de 2015. A margem bruta consolidada totalizou 60,4% em 2016 e 2015.

As despesas com vendas cresceram 12,1%, totalizando R\$1.704,7 milhões. Já as despesas gerais e administrativas atingiram R\$638,6 milhões no 12M16, 13,7% acima dos R\$561,6 milhões apurados no mesmo período do ano anterior.

Ao somar as despesas administrativas com as despesas com vendas, o crescimento apresentado foi de 12,5% atingindo R\$2.343,3 milhões, ou 39,6% da receita líquida ante 37,8% referente ao mesmo período de 2015. O crescimento de despesas verificado no período é consequência do forte controle orçamentário, do projeto ganho de produtividade, das despesas relativas às lojas novas inauguradas no decorrer de 2016, do crescimento das tarifas de energia elétrica, das despesas relacionadas à logística e, também, do redesenho da área comercial.

Em 2016, as despesas operacionais por m² diminuíram 0,4%, enquanto as despesas operacionais por loja caíram 1,5% em relação a 2015.

Em 2016, o EBITDA Ajustado totalizou R\$723,4 milhões, 5,2% abaixo do apurado no mesmo período de 2015. A margem EBITDA Ajustada sobre a receita líquida de mercadorias atingiu 17,0% (12,2% se calculado sobre a receita líquida consolidada da Companhia).

O lucro líquido consolidado atingiu R\$ R\$317,6 milhões em 2016, 9,3% abaixo dos R\$350,2 milhões apurados em 2015. Desta forma, a margem líquida calculada sobre a receita líquida de mercadorias atingiu 7,5% (5,4% se calculado sobre a receita líquida total da Companhia), ante 8,6% (6,4% se calculado sobre a receita líquida total da Companhia) referentes ao mesmo período de 2015.

Ao final de dezembro de 2016, as disponibilidades atingiram R\$953,3 milhões. Os empréstimos e financiamentos totalizaram R\$1.959,9 milhões, dos quais R\$548,3 milhões correspondem a financiamentos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Sendo assim, a Companhia encerrou o ano de 2016 com endividamento líquido de R\$1.006,6 milhões.

No ano de 2015, a receita líquida consolidada totalizou R\$5.507,3 milhões, 16,5% maior que os R\$4.728,1 milhões apurados em 2014. A receita líquida consolidada é composta pela receita líquida da Midway Financeira (R\$1.380,3 milhões em 2015), pela receita líquida do Midway Mall (R\$58,7 milhões em 2015) e pela receita líquida de mercadorias (R\$4.068,2 milhões em 2015).

No decorrer de 2015, o lucro bruto consolidado alcançou R\$3.326,2 milhões, um crescimento de 14,5% frente aos R\$2.904,0 milhões apurados no mesmo período do ano de 2014. A margem bruta consolidada totalizou 60,4%, 1,0 p.p. abaixo dos 61,4% registrados no mesmo período do ano anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas com vendas cresceram 10,2%, totalizando R\$1.521,0 milhões. Já as despesas gerais e administrativas atingiram R\$561,6 milhões no 12M15, 26,6% acima dos R\$443,7 milhões apurados no mesmo período do ano anterior.

Ao somar as despesas administrativas com as despesas com vendas, o crescimento apresentado foi de 14,2% atingindo R\$2.082,6 milhões, ou 37,8% da receita líquida ante 38,6% referente ao mesmo período de 2014. O leve crescimento de despesas verificado no período é consequência do forte controle orçamentário, do projeto ganho de produtividade, das despesas relativas às lojas novas inauguradas no decorrer de 2015, do crescimento das tarifas de energia elétrica, das despesas relacionadas à logística e, também, do redesenho da área comercial.

Em 2015, as despesas operacionais por m² cresceram apenas 2,8%, enquanto as despesas operacionais por loja caíram 1,2% em relação a 2014.

O EBITDA Ajustado consolidado totalizou R\$763,0 milhões em 2015 ante R\$888,9 milhões registrados em 2014, representando uma queda de 14,2%. A margem EBITDA ajustada consolidada sobre receita líquida de mercadorias atingiu 18,8% em 2015.

O lucro líquido consolidado apresentou queda de 17,1% no 4T15, passando de R\$191,4 milhões para R\$158,6 milhões. No período acumulado de janeiro a dezembro de 2015, o lucro líquido consolidado totalizou R\$350,2 milhões, 27,1% abaixo dos R\$480,1 milhões apresentados no mesmo período de 2014.

Ao final de dezembro de 2015, as disponibilidades atingiram R\$589,5 milhões. Os empréstimos e financiamentos totalizaram R\$1.523,0 milhões, dos quais R\$517,4 milhões correspondem a financiamentos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Sendo assim, a Companhia encerrou o ano de 2015 com endividamento líquido de R\$933,5 milhões, 57,0% acima dos R\$594,5 milhões relativos a 2014.

Indicadores	2017	2016	2015
Índice de liquidez corrente	1,8	1,6	1,5
Índice de liquidez geral	2,0	1,9	1,3
Índice de endividamento	98%	112%	107%
Retorno sobre o Ativo Total	7%	4%	5%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	14%	9%	10%

b) Estrutura de capital

A administração acredita que a estrutura de capital da Companhia está alinhada com o negócio e com sua estratégia de crescimento.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir a capacidade de continuidade das operações oferecendo retorno aos acionistas e as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, remodelação das lojas existentes, centros logísticos e, também, em suas plataformas tecnológicas.

Abaixo apresentamos a estrutura de capital da Companhia, demonstrando o financiamento de seus negócios e operações por meio de capital próprio e de terceiros nos últimos três exercícios sociais:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Estrutura de Capital	2017		2016		2015	
	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%
Capital de Terceiros - Passivo Circulante	2.799,3	35%	2.928,0	39%	2.715,6	39%
Capital de Terceiros - Exigível a Longo Prazo	1.157,4	15%	1.059,1	14%	864,1	12%
Total Capital de Terceiros	3.956,7	50%	3.987,1	53%	3.579,7	51%
Capital Próprio - Patrimônio Líquido	4.025,0	50%	3.574,6	47%	3.390,1	49%
Total Capital	7.981,8	100%	7.561,7	100%	6.969,8	100%
Índice de Endividamento	98,3%		111,5%		105,6%	

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Endividamento Líquido (R\$ Mil)	2017	2016	2015
Disponibilidades	782.324	953.313	589.491
Empréstimos e Financiamentos	(1.553.297)	(1.959.901)	(1.522.957)
Circulante	(555.628)	(1.083.692)	(772.971)
Não Circulante	(997.669)	(876.209)	(749.986)
Endividamento Líquido	(770.973)	(1.006.587)	(933.466)
Dívida Líquida / EBITDA (últimos 12 meses)	0,6	1,4	1,2

A Diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e entende que sua geração de caixa operacional é compatível com o seu planejamento estratégico.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamentos dos investimentos utilizados nos projetos da Companhia e de suas controladas costumam ser de própria geração de caixa operacional, da captação de recursos junto a emissões de debênture e CRI, também, de linhas de financiamentos junto ao BNDES e instituições financeiras privadas.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração acredita que a disponibilidade de caixa e recursos de capital próprio são suficientes para cumprir com as obrigações da Companhia. Caso haja deficiências de liquidez, estas serão cobertas com o próprio caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

f) Níveis de Endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes e (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

O saldo total consolidado dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro 2017 apresentado pela Companhia foi de R\$506,8 milhões, ante R\$1.234,3 milhões em 2016 e R\$1.418,0 milhões em 2015, conforme demonstrado abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos e Financiamentos (R\$ Mil)	Nota	Instituição Financeira	2017	2016	2015
102,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	2.193	37.480	148.717
105,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	21.833	85.919	110.447
110,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	62.653	-	-
115,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	4.625	-	-
2,9% a 9,7% a.a. pré-fixada	(b)	Diversos - Guararapes	198	198	306
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	54.171	105.656	206.039
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	191.250	194.441	243.777
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	112.547	164.145	-
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(c)	BNDES - Midway Shopping	-	222	2.842
3,50% a.a.	(d)	BNDES - Guararapes	775	1.027	1.278
4,50% a.a.	(d)	BNDES - Guararapes	-	89	627
4,50% a.a.	(f)	BNDES - Midway Shopping	-	8	103
4,50% a.a.	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	-	516	3.613
5,00% a.a.	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	213	577	941
5,50% a.a.	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	5.660	8.894	12.128
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(d)	BNDES - Guararapes	3.516	6.630	9.992
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(d)	BNDES - Guararapes	540	709	872
3,00% a.a.	(e)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	30.727	36.579	43.092
3,50% a.a.	(g)	SANTANDER - Lojas Riachuelo	233	544	855
3,50% a.a.	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	14.337	25.621	31.422
4,00% a.a.	(h)	BNDES - Lojas Riachuelo - SAFRA	455	911	1.366
4,00% a.a.	(h)	BNDES - Transp. Casa Verde	887	1.661	2.371
2,81% a.a. mais variação cambial (*)	(c)	ITAU - Lojas Riachuelo	-	175.641	207.322
1,92% a.a. mais variação cambial (*)	(c)	SANTANDER - Lojas Riachuelo	-	-	142.228
2,57% a.a. mais variação cambial (*)	(c)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	-	-	247.739
4,08% a.a. mais variação cambial (*)	(a)	SANTANDER - Midway S.A. CFI	-	136.058	-
3,545% a.a. mais variação cambial (*)	(a)	SANTANDER - Midway S.A. - CFI	-	94.446	-
4,36% a.a. mais variação cambial (*)	(c)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	-	156.366	-
Total			506.813	1.234.338	1.418.077

(a) Corresponde aos empréstimos tomados pela Midway Financeira, junto às pessoas físicas e jurídicas com os juros variando de 102% a 115% do CDI com a finalidade de elevar seus níveis de capital de giro.

(b) Estão representados pelos financiamentos celebrados entre a Companhia e as instituições financeiras Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., referentes aos incentivos do ICMS (PROADI no Rio Grande do Norte e PROVIN no Ceará).

(c) Recursos utilizados para o capital de giro na expansão, reforma e aquisição de equipamentos da rede de lojas da controlada Lojas Riachuelo.

(d) Recursos liberados à Companhia para ampliação da unidade de Fortaleza/CE e a construção do prédio em Natal/RN onde está instalada o "Call Center" da Lojas Riachuelo.

(e) Aquisição de aeronave.

(f) Expansão do 3º piso da Midway Shopping

(g) Financiamento das aquisições de paletes através do Banco Santander pela controlada Lojas Riachuelo S.A.

(h) Financiamento para aquisição de caminhões para a Lojas Riachuelo e a Transportadora Casa Verde Ltda.

Todos os contratos firmados pela Companhia direta com o BNDES têm aval dos acionistas controladores e possuem vencimentos previstos até 2022. Os contratos das controladas com o BNDES e o Santander tem como fiadora a Companhia. Os empréstimos com o Bradesco pelas controladas tem a garantia de Nota Promissória.

As mutações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentadas:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Instituições financeiras**

Mutações dos Empréstimos e Financiamentos (R\$ Mil)	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2015	836.498	581.579
Captações	390.214	327.112
Juros	(2.050)	-
Transferências	502.900	(502.900)
Amortização de Juros	(40.412)	-
Pagamento de principal	(858.603)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	828.547	405.791
Captações	146.188	10.023
Juros	90.039	-
Custos dos empréstimos a amortizar	143.053	(143.053)
Custos dos empréstimos a amortizado	(3.522)	-
Transferências	803	-
Amortização de Juros	(17.709)	-
Pagamento de principal	(953.347)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	234.052	272.761

Os vencimentos das parcelas registradas no passivo circulante e não circulante estão demonstrados a seguir:

Vencimentos	R\$ Mil
2018	234.052
2019	113.975
2020	96.550
2021	37.942
2022	22.833
2023	1.461
Total	506.813

Debêntures**1ª Emissão**

Em reunião do Conselho Administrativo realizada em 10 de junho de 2016, foi aprovada a primeira emissão em 15 de junho de 2016 de debêntures em série única da espécie quirografária com garantia fidejussória prestada pela controlada Lojas Riachuelo S.A., sem direito a conversão em ações, por meio de oferta pública e esforços restritos de distribuição, no valor de R\$ 200 milhões, com remuneração de 118,50% do CDI, com vencimento em 36 meses a contar da data de emissão, amortizável em 3 (três) parcelas anuais e pagamentos semestrais de juros.

2ª Emissão

No dia 22 de dezembro de 2016 foi realizada a reunião do Conselho de Administração aprovando a segunda emissão de debêntures em duas séries. A emissão das duas séries foi realizada em 2 de janeiro de 2017 com vencimento em 2 de janeiro de 2019. O valor de emissão da primeira série foi de R\$ R\$ 300 milhões, com remuneração de 112,20% do CDI, com pagamento de juros em 12 e 24 meses após a emissão. O valor de emissão da segunda série foi de R\$ R\$ 175 milhões, com remuneração de 113,10% do CDI, com pagamento de juros em 18 e 24 meses após a emissão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Certificados de recebíveis imobiliários

Em 26 de julho de 2016, a Gaia Securitizadora emitiu certificados de recebíveis imobiliários com lastro em recebíveis imobiliários da Companhia, sem garantia real no valor de R\$ 150 milhões atualizados pela taxa final de 99,5% da Taxa DI, com pagamentos de 10 parcelas semestrais, sendo a última em 12 de agosto de 2021. Os recursos obtidos serão utilizados para reforçar o capital de giro do Grupo. Os gastos com a emissão de certificados de recebíveis imobiliários estão registrados como redutores no passivo, os quais estão sendo apropriados ao resultado mensalmente.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os índices das cláusulas contratuais restritivas - "covenants" para o BNDES são calculados anualmente sobre as demonstrações financeiras consolidadas, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas cumpriram com os respectivos "covenants", e estão apresentadas a seguir:

- Manter a margem EBITDA Adaptada (*) não inferior a 12%. A margem EBITDA Adaptada(*) corresponde ao somatório de EBITDA com as receitas financeiras, dividido pela receita líquida. Todas as premissas para o cálculo da margem EBITDA Adaptada são estabelecidas pelo BNDES, conforme cláusulas contratuais. Em 31 de dezembro de 2017, a margem EBITDA Adaptada era de 20,37%;
- A relação Dívida Líquida/Ativo Total deve atender a um índice de até 33%. Em 31 de dezembro de 2017, a relação era de 9,60%;
- Controlar a liquidez corrente num índice mínimo de 1,10. Em 31 de dezembro de 2017, a liquidez corrente era de 1,77.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas cumpriram com os respectivos "covenants".

(*) Termo e metodologia utilizados de acordo com as condições contratuais estabelecidas entre a Companhia e a instituição financeira.

Covenants para Debêntures

Manter o do Índice Financeiro igual ou inferior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos).

I. "Índice Financeiro" significa o índice correspondente à razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas a 31 de dezembro de 2017 em diante;

II. "Dívida Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, o somatório, sem duplicação, de (a) todo endividamento bancário líquido das operações de hedge (swap); (b) todas as obrigações oriundas de operações de mercados de capitais local e internacional; (c) todas as garantias de dívidas de terceiros; subtraído de tal somatório o valor de suas disponibilidades (caixa e aplicações financeiras); e

III. "EBITDA ajustado" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao encerramento do exercício anual, em linha com a Instrução CVM 527, o lucro líquido, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, "Incentivo Fiscal de IR", considerando que a Companhia opta por utilizar o EBITDA ajustado por entender que o ajuste referente ao "Incentivo Fiscal de IR" contribui para a geração bruta de caixa, já que não representa desembolso efetivo.

O índice apurado em 31 de dezembro de 2017 sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi de 0,65 (1,39 em 2016), estando inferior ao máximo pactuado.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os limites dos financiamentos contratados e os percentuais já utilizados estão apresentados na tabela a seguir:

Financiamentos Bancários - R\$ Mil	2017	2016	2015
Utilizado	1.528.366	620.655	1.696.698
Não utilizado	1.441.728	1.172.925	778.666
	51,5%	34,6%	68,5%

Financiamentos BNDES - R\$ Mil	2017	2016	2015
Utilizado	908.429	1.168.404	1.011.941
Não utilizado	361.452	368.618	525.080
	71,5%	76,0%	65,8%

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados Consolidados:

Resultado Operacional (R\$ Mil)	2017	AV %	2016	AV %	Var. 17 / 16	2015	AV %	Var. 16 / 15
Receita Líquida	6.444.659	100,0%	5.921.650	100,0%	8,8%	5.507.306	100,0%	7,5%
Receita Líquida - Mercadorias	4.761.528	73,9%	4.256.573	71,9%	11,9%	4.068.245	73,9%	4,6%
Receita Líquida - Midway Financeira	1.616.073	25,1%	1.601.207	27,0%	0,9%	1.380.307	25,1%	16,0%
Receita Líquida - Midway Mall	67.058	1,0%	63.870	1,1%	5,0%	58.754	1,1%	8,7%
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.338.408)	-36,3%	(2.347.425)	-39,6%	-0,4%	(2.181.132)	-39,6%	7,6%
CPV - Mercadorias	(2.221.571)	-34,5%	(2.087.949)	-35,3%	6,4%	(1.991.101)	-36,2%	4,9%
Custos - Midway Financeira	(116.837)	-1,8%	(259.476)	-4,4%	-55,0%	(190.031)	-3,5%	36,5%
Lucro Bruto	4.106.251	63,7%	3.574.225	60,4%	14,9%	3.326.174	60,4%	7,5%
Lucro Bruto - Mercadorias	2.539.957	39,4%	2.168.624	36,6%	17,1%	2.077.144	37,7%	4,4%
Lucro Bruto - Midway Financeira	1.499.236	23,3%	1.341.731	22,7%	11,7%	1.190.276	21,6%	12,7%
Lucro Bruto - Midway Mall	67.058	1,0%	63.870	1,1%	5,0%	58.754	1,1%	8,7%
Margem Bruta	63,7%		60,4%		3,4 p.p.	60,4%		0,0 p.p.
Margem Bruta - Mercadorias	53,3%		50,9%		2,4 p.p.	51,1%		-0,1 p.p.
Margem Bruta - Midway Financeira	92,8%		83,8%		9,0 p.p.	86,2%		-2,4 p.p.
Despesas com Vendas	(1.857.195)	-28,8%	(1.704.695)	-28,8%	8,9%	(1.562.969)	-28,4%	9,1%
Despesas Gerais e Administrativas	(715.453)	-11,1%	(638.559)	-10,8%	12,0%	(516.289)	-9,4%	23,7%
Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa	(643.569)	-10,0%	(630.767)	-10,7%	2,0%	(572.336)	-10,4%	10,2%
Despesas de Depreciação e Amortização	(282.224)	-4,4%	(267.032)	-4,5%	5,7%	(232.388)	-4,2%	14,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	280.813	4,4%	70.459	1,2%	298,5%	31.861	0,6%	121,1%
EBIT	888.624	13,8%	403.633	6,8%	120,2%	474.053	8,6%	-14,9%
Receitas (Despesas) Financeiras	(112.848)	-1,8%	(128.138)	-2,2%	-11,9%	(94.762)	-1,7%	35,2%
Resultado Antes de Tributação	775.776	12,0%	275.495	4,7%	181,6%	379.291	6,9%	-27,4%
Provisão para IR e CSLL	(205.449)	-3,2%	42.057	0,7%	n.m.	(29.076)	-0,5%	n.m.
Lucro/Prejuízo Líquido	570.327	8,8%	317.551	5,4%	79,6%	350.215	6,4%	-9,3%

Exercício de 2017 comparado com o exercício de 2016

Receita Líquida

No ano de 2017, a receita líquida totalizou R\$6.444,7 milhões, 8,8% maior que os R\$5.921,7 milhões apurados em 2016. A receita líquida consolidada é composta pela receita líquida da Midway Financeira (R\$1.616,1 milhões em 2017), pela receita líquida do Midway Mall (R\$67,1 milhões em 2017) e pela receita líquida de mercadorias (R\$4.761,5 milhões em 2017).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A gradual recuperação da economia ao longo do ano, a melhora dos processos envolvendo desenvolvimento de produto e coleção, o aprimoramento do fluxo logístico em toda a cadeia e a retomada dos volumes da operação financeira foram os principais destaques operacionais da Companhia. Como resultado, uma expansão consistente das vendas em mesmas lojas aliada a uma expansão forte da margem bruta de mercadorias e um intenso controle do ciclo financeiro.

Lucro Bruto

No decorrer de 2017, o lucro bruto consolidado alcançou R\$4.106,3 milhões, um crescimento de 14,9% frente aos R\$3.574,2 milhões apurados no mesmo período do ano de 2016. A margem bruta totalizou 63,7%, com crescimento 3,4 p.p. frente aos 60,4% registrado no mesmo período do ano anterior.

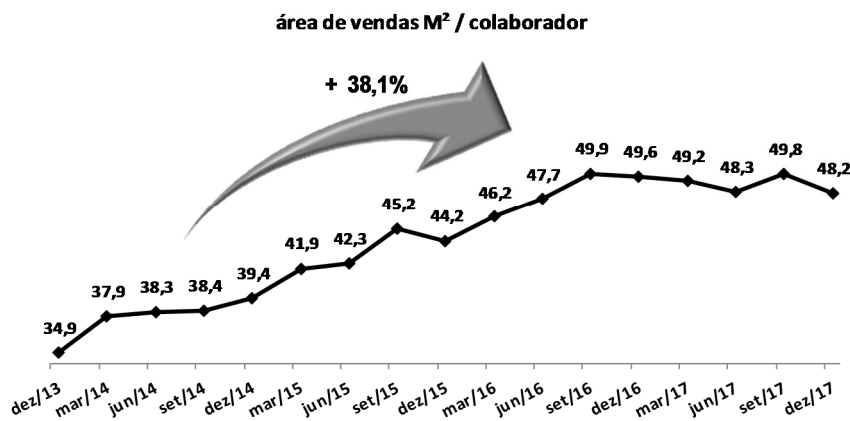
A performance de venda em mesmas lojas e a expansão da margem bruta consolidada de mercadorias apresentada no ano de 2017 é reflexo do bom desempenho das novas coleções e da estratégia implementada pela Companhia que proporcionou melhorias importantes na operação comercial como um todo, mantendo um nível de estoque adequado para as operações do grupo.

Excluindo os efeitos da Midway Financeira e do Midway Mall, a margem bruta de mercadorias atingiu 53,3%, com aumento de 2,4 p.p. no período.

Despesas Operacionais

No período acumulado de janeiro a dezembro de 2017, as despesas operacionais cresceram 9,8%, totalizando R\$2.572,6 milhões, ou 39,9% da receita líquida. As despesas operacionais foram impactadas pelo *rollout* das novas operações de eletrônicos, perfumaria e E-commerce e, também, pelo aumento do provisionamento para PRV/PLR em 2017. Desconsiderando esses efeitos, houve uma evolução de 3,7% nas despesas operacionais no ano.

O gráfico a seguir ilustra a evolução da produtividade conquistada no período através do indicador “metros quadrados de área de venda por colaborador”.



Lucro/Prejuízo Líquido

O lucro líquido atingiu R\$570,3 milhões em 2017, 79,6% acima dos R\$317,6 milhões apurados em 2016. Desta forma, a margem líquida calculada sobre a receita líquida de mercadorias atingiu 12,0% (8,8% se calculado sobre a receita líquida total da Companhia), ante 7,5% (5,4% se calculado sobre a receita líquida total da Companhia) referentes ao mesmo período de 2016

O desempenho apresentado reflete os bons resultados da implementação da estratégia e seu consequente impacto no crescimento das vendas em mesmas lojas e na consistência da expansão da margem bruta de mercadorias; do forte processo de maturação das operações de celular e de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

perfumaria; do eficiente controle de despesas operacionais que vem sendo realizado nos últimos anos e, também, da recuperação de créditos fiscais.

Exercício de 2016 comparado com o exercício de 2015

Receita Líquida

No ano de 2016, a receita líquida totalizou R\$5.921,7 milhões, 7,5% maior que os R\$5.507,3 milhões apurados em 2015. A receita líquida é composta pela receita líquida da Midway Financeira (R\$1.601,2 milhões em 2016), pela receita líquida do Midway Mall (R\$63,9 milhões em 2016) e pela receita líquida de mercadorias (R\$4.256,6 milhões em 2016).

O ambiente macroeconômico presente neste exercício elevou o nível de desafio de expansão de vendas e margem das operações de varejo em todo o país. Ao longo de todo o ano, a Companhia enfrentou um ambiente competitivo bastante agressivo em preço e promoções. A dificuldade de voltar a expandir margem bruta de mercadorias mostrou-se clara no decorrer do primeiro semestre do ano. A partir do terceiro trimestre, a Companhia passou a mostrar os primeiros sinais de melhora em sua margem bruta de mercadorias através de um movimento de maior qualidade de coleção, exposição em loja e logística. Tal melhora foi intensificada no decorrer do quarto trimestre quando a margem bruta de mercadorias passou a reagir positivamente a todos estes fatores de forma mais intensa.

Lucro Bruto

No decorrer de 2016, o lucro bruto consolidado alcançou R\$3.574,2 milhões, um crescimento de 7,5% frente aos R\$3.326,2 milhões apurados no mesmo período do ano de 2015. A margem bruta consolidada totalizou 60,4%, o mesmo registrado no ano anterior.

Excluindo os efeitos da Midway Financeira e do Midway Mall, a margem bruta consolidada de mercadorias atingiu 50,9%, com queda de 0,1 p.p. no período.

A performance de venda em mesmas lojas e a expansão da margem bruta consolidada de mercadorias apresentada nos últimos meses de 2016 é reflexo do bom desempenho das novas coleções, da melhora do nível de estoque e do menor volume de demarcações, mesmo diante de um ambiente promocional ainda bastante competitivo.

Despesas Operacionais

No período acumulado de janeiro a dezembro de 2016, as despesas operacionais excluindo o impacto do INSS cresceram 7,6%, totalizando R\$2.180,3 milhões, ou 36,8% da receita líquida consolidada.

No ano de 2016 as despesas operacionais sem o impacto da reoneração da folha de pagamento por m² caíram 0,4%, enquanto as despesas por loja reduziram 1,5% em relação a 2015. A boa performance das despesas operacionais é reflexo do forte controle de despesas e do resultado do projeto de ganho de produtividade realizado nas lojas desde o início de 2014.

Lucro Líquido

O lucro líquido consolidado atingiu R\$317,6 milhões em 2016, 9,3% abaixo dos R\$350,2 milhões apurados em 2015. Desta forma, a margem líquida calculada sobre a receita líquida de mercadorias atingiu 7,5% (5,4% se calculado sobre a receita líquida total da Companhia), ante 8,6% (6,4% se calculado sobre a receita líquida total da Companhia) referentes ao mesmo período de 2015.

O desempenho apresentado no ano é consequência da alavancagem operacional que no cenário de performance flat das vendas em mesmas lojas e de leve retração da margem bruta de mercadorias pressionou o lucro líquido anual mesmo com um eficiente controle de despesas operacionais e com uma melhora significativa do desempenho da operação financeira no período. A recuperação de créditos fiscais também amenizou esta pressão apresentada no lucro líquido. Vale destacar, porém, a forte

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

recuperação de margem bruta de mercadoria apresentada no último trimestre (+3,0p.p. em relação ao 4T15).

Balanco Patrimonial Consolidado:

Ativo	2017	AV %	2016	AV %	Var. 17/16	2015	AV %	Var. 16/15
Ativo Circulante	5.037.499	63,1%	4.633.854	61,3%	8,7%	4.131.788	59,3%	12,2%
Disponibilidades	782.324	9,8%	953.313	12,6%	-17,9%	589.491	8,5%	61,7%
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	0,0%	-	0,0%	n.m.	63.528	0,9%	n.m.
Contas a Receber de Clientes	1.892.198	23,7%	1.647.350	21,8%	14,9%	1.529.986	22,0%	7,7%
Contas a Receber de Clientes Bandeira	1.234.943	15,5%	1.060.976	14,0%	16,4%	968.567	13,9%	9,5%
Estoques	730.258	9,1%	662.271	8,8%	10,3%	744.888	10,7%	-11,1%
Impostos Diferidos ou a Recuperar	330.437	4,1%	246.750	3,3%	33,9%	154.522	2,2%	59,7%
Outros créditos	67.340	0,8%	63.194	0,8%	6,6%	80.807	1,2%	-21,8%
Realizável a Longo Prazo	774.121	9,7%	629.816	8,3%	22,9%	453.917	6,5%	38,8%
Impostos Diferidos ou a Recuperar	580.500	7,3%	611.480	8,1%	-5,1%	438.882	6,3%	39,3%
Depósitos Judiciais e Outros	193.621	2,4%	18.336	0,2%	956,0%	15.035	0,2%	22,0%
Ativo Permanente	2.170.157	27,2%	2.298.065	30,4%	-5,6%	2.384.101	34,2%	-3,6%
Investimentos	185.077	2,3%	192.131	2,5%	-3,7%	199.094	2,9%	-3,5%
Imobilizado	1.847.647	23,1%	1.993.129	26,4%	-7,3%	2.082.115	29,9%	-4,3%
Intangível	137.433	1,7%	112.805	1,5%	21,8%	102.892	1,5%	9,6%
Ativo Total	7.981.777	100,0%	7.561.735	100,0%	5,6%	6.969.805	100,0%	8,5%

Passivo	2017	AV %	2016	AV %	Var. 17/16	2015	AV %	Var. 16/15
Passivo Circulante	2.799.307	35,1%	2.928.003	38,7%	-4,4%	2.715.554	39,0%	7,8%
Fornecedores	524.352	6,6%	453.885	6,0%	15,5%	502.447	7,2%	-9,7%
Empréstimos e Financiamentos	208.680	2,6%	828.547	11,0%	-74,8%	836.498	12,0%	-1,0%
Debêntures	322.074	4,0%	67.993	0,0%	n.m.	-	0,0%	n.m.
Empréstimos CRI - Certif Receb Imobiliários	24.874	0,3%	34.978	0,0%	n.m.	-	0,0%	n.m.
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	0,0%	152.174	2,0%	n.m.	-	0,0%	n.m.
Dividendos e JCP a Pagar	105.413	1,3%	79.505	1,1%	32,6%	118.112	1,7%	-32,7%
Salários, Provisões e Contribuições Sociais	326.179	4,1%	254.592	3,4%	28,1%	212.142	3,0%	20,0%
Impostos, Taxas e Contribuições	238.558	3,0%	239.562	3,2%	-0,4%	333.713	4,8%	-28,2%
Obrigações com administradoras de cartões	857.482	10,7%	698.652	9,2%	22,7%	634.031	9,1%	10,2%
Demaís Contas a Pagar	191.695	2,4%	118.114	1,6%	62,3%	78.611	1,1%	50,3%
Exigível a Longo Prazo	1.157.428	14,5%	1.059.102	14,0%	9,3%	864.143	12,4%	22,6%
Empréstimos e Financiamentos	298.133	3,7%	405.791	5,4%	-26,5%	581.578	8,3%	-30,2%
Debêntures	337.403	4,2%	133.333	0,0%	n.m.	-	0,0%	n.m.
Empréstimos CRI - Certif Receb Imobiliários	108.522	1,4%	120.000	0,0%	n.m.	-	0,0%	n.m.
Provisões para passivos eventuais	155.040	1,9%	176.185	2,3%	-12,0%	104.655	1,5%	68,3%
Empréstimos com partes relacionadas	253.611	3,2%	217.084	2,9%	16,8%	168.408	2,4%	28,9%
Outros	4.720	0,1%	6.708	0,1%	-29,6%	9.501	0,1%	-29,4%
Patrimônio Líquido	4.025.042	50,4%	3.574.630	47,3%	12,6%	3.390.108	48,6%	5,4%
Capital Social Realizado	3.100.000	38,8%	3.100.000	41,0%	0,0%	2.900.000	41,6%	6,9%
Reservas de Lucro	782.216	9,8%	327.877	4,3%	138,6%	338.629	4,9%	-3,2%
Ajuste de Avaliação Patrimonial	142.826	1,8%	146.753	1,9%	-2,7%	151.479	2,2%	-3,1%
Passivo Total	7.981.777	100,0%	7.561.735	100,0%	5,6%	6.969.805	100,0%	8,5%

Considerações sobre as principais contas do Ativo:

Exercício de 2017 comparado com o exercício de 2016

Disponibilidades

Ao final de dezembro de 2017, as disponibilidades atingiram R\$782,3 milhões, 17,9% menor que os R\$953,3 milhões de 2016. Esta queda é proveniente do pagamento de linhas de financiamento que venceram em 2017, da geração de caixa do período e da captação de recursos junto a segunda emissão de debênture.

Contas a receber de clientes e Clientes Bandeira

O saldo de Contas a Receber totalizou R\$ 3.127,2 milhões em 2017, registrando um aumento de 15,5% em relação a 2016, que totalizou R\$ 2.708,3 milhões. Este aumento se deve ao crescimento das operações de celulares e perfumaria, da maior participação do cartão embandeirado e da manutenção da participação do cartão Riachuelo nas vendas da Companhia e do aumento dos volumes do empréstimo pessoal.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Estoques

Os estoques totalizaram R\$730,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 10,3% quando comparado a 2016. Este aumento é reflexo do crescimento das operações de celular e perfumaria.

Imobilizado

O saldo de imobilizado totalizou R\$1.847,6 milhões em 2017, representando uma queda de 7,3% em relação a 2016, que registrou o total de R\$1.993,1 milhões. Esta redução é reflexo da decisão da Companhia de reduzir o nível de investimentos em ativos fixos em virtude de um cenário econômico ainda muito desafiador. No ano de 2017, os investimentos do grupo em ativos fixos totalizaram R\$246,8 milhões ante R\$178,0 milhões relativos ao mesmo período de 2016. Do montante investido neste período, R\$232,3 milhões (94%) foram destinados à Riachuelo, sendo R\$54,3 milhões alocados em lojas novas, R\$53,3 milhões em remodelações e R\$29,3 milhões para infraestrutura de TI.

Considerações sobre as principais contas do Passivo:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de fornecedores totalizou R\$524,4 milhões, 15,5% superior aos R\$453,9 milhões apresentados em 2016. A melhora apresentada no período é reflexo do aumento dos prazos de pagamentos junto aos fornecedores nacionais e internacionais.

Empréstimos e Financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2017, totalizou R\$506,8 milhões, uma redução de 58,9% em relação aos R\$1.234,3 milhões de 2016. Esta queda é proveniente dos pagamentos de linhas de financiamento que venceram em 2017 e reflete a redução das disponibilidades da Companhia em 17,9%.

Debêntures

O saldo das debêntures totalizou R\$659,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando uma evolução de 227,6% em relação aos R\$201,3 milhões ao ano de 2016. Este aumento é reflexo da segunda emissão de debêntures no valor de R\$475,0 milhões.

Empréstimos CRI - Certificados Recebíveis Imobiliários

Ao final de 2017, os Certificados Recebíveis Imobiliários ficaram em R\$ 133,4 milhões, uma queda de 13,9% em relação ao ano de 2016. Essa queda é proveniente dos pagamentos das parcelas vencidas em 2017.

Patrimônio Líquido

A Companhia encerrou 2017 com um saldo de Patrimônio Líquido de R\$4.025,0 milhões, representando um aumento de 12,6% em relação ao ano anterior, que totalizou R\$3.574,6 milhões. Este crescimento se deve a retenção dos lucros gerados em 2017, destinados às contas de reserva para investimentos e reserva legal.

Exercício de 2016 comparado com o exercício de 2015

Disponibilidades

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ao final de dezembro de 2016, as disponibilidades atingiram R\$953,3 milhões, 61,7% superior aos R\$589,5 milhões de 2015. Este aumento é proveniente da geração de caixa do período, da primeira emissão de debêntures no valor de R\$200,0 milhões e, também, da emissão de certificados de recebíveis imobiliários no valor de R\$150,0 milhões.

Contas a receber

O saldo de Contas a Receber totalizou R\$2.708,3 milhões em 2016, registrando um aumento de 8,4% em relação a 2015, que totalizou R\$2.498,6 milhões. Este aumento se deve ao ritmo de expansão de lojas dos últimos anos, da maior participação do cartão embandeirado e do aumento da participação do cartão Riachuelo nas vendas da Companhia.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$662,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma queda de 11,1% quando comparado a 2015. Esta queda é decorrente do forte patamar de demarcações durante o ano de 2015, que fez com que o nível do estoque recuasse para os patamares de 2013 (em dias de estoque), contribuindo de forma positiva para uma melhora significativa do ciclo financeiro e geração de caixa do grupo.

Imobilizado

O saldo de imobilizado totalizou R\$1.993,1 milhões em 2016, representando uma redução de 4,3% em relação a 2015, que registrou o total de R\$2.082,1 milhões. No ano de 2016, os investimentos do grupo em ativos fixos totalizaram R\$178,0 milhões ante R\$480,6 milhões relativos ao mesmo período de 2015. Do montante investido neste período, R\$153,4 milhões (86%) foram destinados à Riachuelo, sendo R\$47,9 milhões alocados no processo de abertura de novas lojas e outros R\$28,9 milhões nos centros de distribuição.

Considerações sobre as principais contas do Passivo:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de fornecedores totalizou R\$453,9 milhões, 9,7% inferior aos R\$502,4 milhões apresentados em 2015. Essa queda é reflexo da redução do volume de importados em 2016.

Empréstimos e Financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2016, totalizou R\$1.234,3 milhões, uma queda de 28,7% em relação aos R\$1.418,1 milhões de 2015. Esta queda é proveniente dos pagamentos de empréstimos que venceram em 2016.

Debêntures

O saldo das debêntures totalizou R\$201,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse valor representa a primeira emissão realizada em 15 de junho de 2016.

Empréstimos CRI - Certificados Recebíveis Imobiliários

Ao final de 2016, os Certificados Recebíveis Imobiliários ficaram em R\$ 155,0 milhões. Esse valor representa a emissão dos Certificados Recebíveis Imobiliários em 26 de julho de 2016.

Considerações sobre o Patrimônio Líquido:

Patrimônio Líquido

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia encerrou 2016 com um saldo de Patrimônio Líquido de R\$3.574,6 milhões, representando um aumento de 5,4% em relação ao ano anterior, que totalizou R\$3.390,1 milhões. Este crescimento se deve a retenção dos lucros gerados em 2016, destinados às contas de reserva para investimentos e reserva legal.

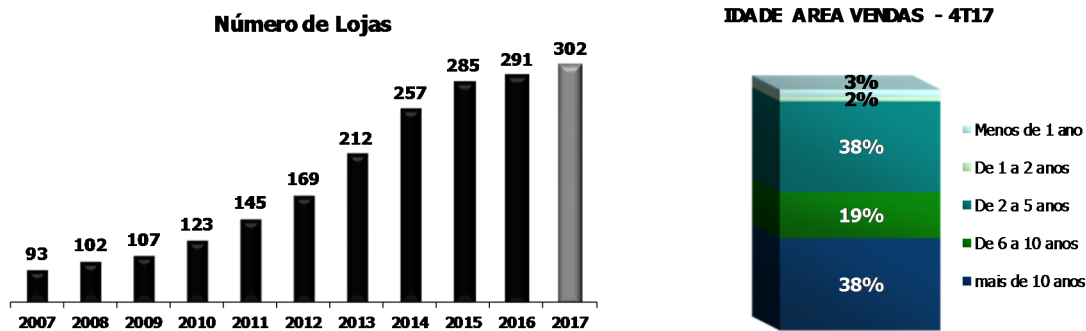
10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As receitas da Companhia provêm do varejo, através da venda de mercadorias da Riachuelo, das operações financeiras como vendas parceladas, seguros e empréstimo pessoal administrados pela Midway Financeira e serviços, pela receita de locação de lojas através da Midway Shopping.

A Riachuelo manteve seu processo de expansão ao inaugurar 12 lojas em 2017, encerrando o exercício com 302 lojas em operação. Sendo assim, de 2005 ao final de 2017, a Companhia aumentou sua área de vendas em 270%, adicionando 464 mil m² no período.

O processo de expansão reflete o objetivo da Riachuelo de conquistar novos mercados e consolidar suas posições regionais por meio da inauguração e remodelação de unidades. Vale lembrar que o período de maturação de uma nova loja é de aproximadamente cinco anos, o que torna tais áreas um elemento relevante na definição do ritmo de crescimento das vendas da Companhia. Ao final de 2017, a Riachuelo contava com 40% de sua área de vendas com idade entre um e cinco anos.



Além da inauguração de lojas novas, as receitas foram positivamente impactadas pela maturação da operação de celulares, pelo crescimento da operação de perfumaria e início da operação de E-commerce.

No ano de 2017, a receita líquida consolidada totalizou R\$6.444,7 milhões, 8,8% maior que os R\$5.921,7 milhões apurados em 2016. A receita líquida consolidada é composta pela receita líquida da Midway Financeira (R\$1.616,1 milhões em 2017), pela receita líquida do Midway Mall (R\$67,1 milhões em 2017) e pela receita líquida de mercadorias (R\$4.761,5 milhões em 2017).

No decorrer de 2017, o lucro bruto consolidado alcançou R\$4.106,2 milhões, um crescimento de 14,9% frente aos R\$3.574,2 milhões apurados no mesmo período do ano de 2016. A margem bruta consolidada totalizou 63,7%, com crescimento 3,4 p.p. frente aos 60,4 registrado no mesmo período do ano anterior.

Excluindo os efeitos da Midway Financeira e do Midway Mall, a margem bruta consolidada de mercadorias atingiu 53,3%, com aumento de 2,4 p.p. no período.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A receita da Companhia é diretamente impactada por alterações no volume de vendas, pelo aumento no número de lojas, pela diferenciação dos seus produtos e pela modificação nos níveis gerais de preços que poderão reduzir o poder de compra do consumidor.

A Companhia está inserida no segmento de varejo de moda, onde o ciclo de vida dos produtos é extremamente curto, o que dificulta a comparação de preços entre os períodos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Sendo assim, ainda que o índice de inflação (IPCA) tenha atingido 2,95% em 2017, 6,29% em 2016 e 10,67% em 2015, este não pode ser considerado o principal impacto do aumento das receitas de vendas apresentados pela Companhia.

c) Impacto da inflação, na variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio, e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação pode afetar os resultados operacionais da Companhia, através de um aumento nos custos dos insumos das mercadorias, podendo impactar o preço final de venda.

Variações na taxa de câmbio e na taxa de juros também podem afetar de maneira positiva ou negativa os resultados operacionais e financeiros da Companhia. Flutuações na taxa de câmbio afetam os custos dos insumos e produtos importados gerando impactos na margem bruta da Companhia. Já as alterações nas taxas de juros afetam o custo do capital e a propensão ao consumo de nossos clientes.

A Companhia entende que melhorias nos processos e a consolidação do modelo integrado (Indústria e Varejo) propiciam alternativas para neutralizar eventuais impactos negativos causados pela inflação, taxa de juros e câmbio.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades durante os anos 2017, 2016 ou 2015 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante durante os anos de 2017, 2016 ou 2015 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

c) Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no decorrer dos anos de 2017, 2016 ou 2015 com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis****b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis****Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017**

O Grupo realizou avaliações da natureza e os impactos das alterações às normas e as que entraram em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017, descritos a seguir:

Alterações à IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa: Iniciativa de divulgação

As alterações exigem que as entidades apresentem divulgação das mutações em seu passivo decorrentes das atividades de financiamento, inclusive as mutações decorrentes dos fluxos de caixa e mutações que não afetam o caixa (tais como as de variações cambiais).

Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro: Reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos por Prejuízos Não Realizados

As alterações esclarecem que uma entidade precisa considerar se a legislação tributária restringe as fontes de lucros tributáveis em relação aos quais são permitidas deduções sobre o estorno da diferença temporária dedutível referente a prejuízos não realizados. Além disso, as alterações fornecem orientação sobre de que forma uma entidade deve apurar lucros tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que o lucro tributável poderá incluir a recuperação de alguns ativos por montante superior ao seu valor contábil.

Essas alterações não são relevantes para o Grupo, tendo vista que já são praticadas quando aplicadas há alguns anos.

Ciclo de melhorias anuais - 2015-2017**Alterações à IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades: Esclarecimento do escopo de requisitos de divulgação na IFRS 12**

As alterações esclarecem que os requisitos de divulgação da IFRS 12 distintos dos previstos nos parágrafos B10-B16 aplicam-se às participações de uma entidade em uma subsidiária, em um empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou em uma coligada (ou a uma parcela de sua participação em uma joint venture ou em uma coligada), que sejam classificadas (ou incluídas em um grupo para fins de alienação que seja classificado) como mantidas para venda.

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo não possuía subsidiária integral como mantida para venda, não afetando as demonstrações financeiras.

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016 e não tiveram impactos materiais para o Grupo.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos no 08/Projetos Anuais de Aprimoramento do IFRS 2012-2014

- CPC 19/IFRS 11 Negócios em Conjunto - As aquisições de participação em uma operação conjunta em que as atividades da operação conjunta constituem-se em um negócio devem ser contabilizadas aplicando-se os princípios de combinação de negócios, a menos que conflitem com o CPC 19/IFRS 11.
- CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado e CPC 04/IAS 38 - Ativo Intangível - Esclarece que a depreciação de um item do ativo imobilizado com base na receita gerada pelo uso do ativo não é apropriada. Esclarece também que, somente em raras circunstâncias, a amortização de um ativo intangível com base na receita gerada pelo uso do ativo pode ser adequada, a depender da correlação entre a receita e o consumo dos benefícios econômicos gerados.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - Foram acrescentadas orientações específicas sobre divulgação de transferência de ativos financeiros, além de orientações para auxiliar a decidir se um contrato de prestação de serviços sobre a carteira transferida tem características de envolvimento contínuo. A alteração da norma traz também orientação sobre a divulgação de compensação de ativos e passivos financeiros, que não é exigida para todos os períodos intermediários.
- CPC 33/IAS 19 - Benefícios a Empregados - Traz orientação complementar com relação à determinação da taxa de desconto para obrigações pós-emprego. Dentre outros aspectos, a alteração esclarece que onde não houver mercado ativo para instrumentos privados categorizados como de baixo risco high quality bonds, títulos governamentais devem ser utilizados para a determinação da taxa de desconto.

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2016 não são relevantes para o Grupo.

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2015 e não tiveram impactos materiais para o Grupo.

- CPC 33 / IAS 19 – Benefícios a empregados: as alterações permitem que as contribuições de empregados e de terceiros, quando requeridas em plano de benefícios definidos, sejam reconhecidas como uma redução de custo dos serviços do ano sujeito a determinadas condições. O objetivo da alteração é simplificar a contabilização de contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado, como, por exemplo, as contribuições dos trabalhadores que são calculadas com base em um percentual fixo do salário.
- CPC 46/IFRS 13 – Mensuração de valor justo: esclarece que a mensuração de ativos financeiros de curto prazo sem juros explícitos ao valor presente, quando seus efeitos são imateriais, é permitida, embora não seja requerida. Adicionalmente, esclarece que a exceção para mensuração ao valor justo de uma carteira pelo líquido, exceção trazida para o IFRS 13, se aplica a todos os contratos no âmbito do IAS 39 e do IFRS9.
- CPC 05/IAS 24 - Partes relacionadas: esclarece que a entidade que presta serviços administrativos equivalentes à administração-chave é também parte relacionada e a entidade que reporta deve divulgar as despesas pagas a essa parte relacionada.
- CPC 22/IFRS 8 – Informações por segmento: aprimora os critérios de divulgação dos segmentos operacionais e orienta para a reconciliação entre o total de ativos reportados nos segmentos e o total de ativos da entidade.

Outras alterações em vigor para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2017 e em 1º de janeiro de 2015 não foram relevantes para o Grupo.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas nos pareceres dos auditores independentes nos anos de 2017, 2016 e 2015.

Em relação à divulgação dos exercícios de 2017, 2016 e 2015 não houve ênfase pelos auditores independentes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

b) Provisão para perdas de inventário

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no percentual de histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centros de distribuições, além de considerar produtos com giro lento ou não vendáveis.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração avalia periodicamente a provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerando, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, com relação às operações de cartão de crédito próprio, de terceiros e de outros valores a receber. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de provisão aos clientes devedores.

c.1) Aspectos específicos para a controlada indireta Midway Financeira

Quanto à avaliação de risco de crédito, os procedimentos praticados encontram-se aderentes às normas estabelecidas pelo BACEN, conforme disposições da Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Basicamente, as operações são classificadas por nível de risco, inicialmente na faixa referente ao nível de risco "A", podendo evoluir para as faixas de maior risco, cujo limite é a faixa "H", em função, especialmente, da decorrência de tempo de atraso dos clientes.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Para fins das demonstrações financeiras segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Administração procedeu o complemento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em estudo técnico de acompanhamento da Carteira de Crédito, resultando em um acréscimo em 2017 no montante de R\$ 40.359 (R\$ 61.810 em 2016), em relação aos percentuais mínimos requeridos pelo Banco Central.

d) Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas são partes de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa 23, presente nas Demonstrações Financeiras Padronizadas de 2017. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras e são suficientes para cobrir possíveis perdas.

e) Impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, lucro este trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. Esse estudo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

f) Benefícios fiscais de ICMS

Conforme descrito na Nota Explicativa 27.3, presente nas Demonstrações Financeiras Padronizadas de 2017, a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos governos estaduais do Rio Grande do Norte e do Ceará. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

g) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

h) Vida útil do imobilizado

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. contratos de construção não terminada**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

No último exercício social, não foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia, itens relevantes que não aparecem nos balanços patrimoniais tais como: arrendamento mercantil, carteiras recebíveis baixadas cujo risco e responsabilidade pertençam a Companhia e contrato de futura compra/venda de produtos ou serviços.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Tendo em vista a não evidenciação de itens relevantes nas Demonstrações Financeiras, os diretores não têm nada a comentar sobre este item.

b) natureza e o propósito da operação

Tendo em vista a não evidenciação de itens relevantes nas Demonstrações Financeiras, os diretores não têm nada a comentar sobre este item.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Tendo em vista a não evidenciação de itens relevantes nas Demonstrações Financeiras, os diretores não têm nada a comentar sobre este item.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) Investimentos

Em 2017, os investimentos do grupo em ativos fixos totalizaram R\$246,8 milhões ante R\$178,0 milhões relativos ao mesmo período de 2016. Do montante investido neste período, R\$232,3 milhões (94%) foram destinados à Riachuelo, sendo R\$54,3 milhões alocados em lojas novas, R\$53,3 milhões em remodelações e R\$29,3 milhões para infraestrutura de TI.

Investimentos (R\$ Milhões)	12M17	(%)	12M16	(%)	12M15	(%)
Lojas Novas	54,3	22%	47,9	27%	190,5	40%
Remodelações	53,3	22%	12,6	7%	12,0	2%
TI	29,3	12%	12,6	7%	29,3	6%
Reformas Gerais	24,6	10%	20,0	11%	24,8	5%
Projeto Celular	3,5	1%	12,8	7%	-	0%
Projeto E-commerce	19,5	8%	-	0%	-	0%
Projeto Perfumaria	23,4	9%	-	0%	-	0%
Centros de Distribuição	3,5	1%	28,9	16%	192,5	40%
Outros	20,8	8%	18,7	10%	7,8	2%
Total Riachuelo	232,3	94%	153,4	86%	457,0	95%
Guararapes	14,5	6%	24,6	14%	23,5	5%
Total	246,8	100%	178,0	100%	480,6	100%

De maneira consolidada, o Plano de Investimentos da Companhia contempla o processo de expansão do varejo, remodelações de lojas e todos os demais investimentos relativos às operações do Grupo e é estimado em R\$360,7 milhões no ano de 2018.

As fontes de financiamentos dos investimentos utilizados nos projetos da Companhia e de suas controladas costumam ser de própria geração de caixa operacional, de linhas de financiamento do governo (BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), financiamentos com bancos privados e emissão de dívida.

Para 2018, foi proposto pelos Administradores o seguinte orçamento do capital:

Orçamento de Capital - R\$	2018
- Investimentos nas Lojas Riachuelo S.A.	320.667.162,20
- Aquisição de máquinas e equipamentos	20.000.000,00
- Reforço do capital de giro	20.000.000,00
Total	360.667.162,20

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Com o intuito de dar continuidade ao plano de expansão, em 2017 a Companhia inaugurou 12 novas unidades. O processo de expansão reflete o objetivo da Riachuelo de conquistar novos mercados e consolidar suas posições regionais através da inauguração e remodelação de lojas.

Lojas inauguradas em 2017:

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Novas Lojas 2017	Inauguração	Área de Vendas (m²)
1 - Aparecida de Goiânia/GO - Aparecida Shopping	27 de Junho	1.653
2 - Foz do Iguaçu/PR - Palladium Shopping	01 de Agosto	1.604
3 - Rio de Janeiro/RJ - Boulevard Rio Shopping	02 de Agosto	1.409
4 - Juiz de Fora/MG - Jardim Norte Shopping	03 de Agosto	1.791
5 - Santa Maria/RS - Santa Maria Shopping	01 de Setembro	1.815
6 - Aracaju/SE - Aracaju Riomar Shopping	25 de Outubro	1.355
7 - São Paulo/SP - Shopping Metrô Itaquera	26 de Outubro	1.971
8 - Caxias/MA - Caxias Shopping Center	27 de Outubro	1.402
9 - Natal/RN - Partage Norte Shopping	28 de Outubro	2.325
10 - Manaus/AM - Shopping Grande Circular	16 de Novembro	2.071
11 - Ananindeua/PA - Shopping Metrópole Ananindeua	21 de Novembro	2.556
12 - Canoas/RS - Park Shopping Canoas	24 de Novembro	1.644
Total Área de Vendas 2017		21.596
Área Média Lojas 2017		1.800

c) Novos produtos e serviços

Não há projetos para novos produtos e serviços com investimentos relevantes além dos já citados anteriormente.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores com influência relevante.